

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM BREVE ESTUDO SOBRE AS COOPERATIVAS
CATARINENSES**

Bárbara Silvana Sabino – Univali

E-mail: barbarasabino@tunivali.br

Débora Elise Sabino – Univali

E-mail: sabinoat@terra.com.br

Willian José Momm – Univali

E-mail: willian@univali.br

1 Introdução

A evolução do pensamento administrativo tem como pilares as Escolas da Administração que foram marcadas por expressivas quebras de paradigmas e pelo surgimento de novos Sistemas de Gestão, os quais têm o intuito de garantir a sobrevivência das organizações, em mercados cada vez mais globalizados e competitivos. Um dos modos de se organizar no mundo dos negócios tem sido em forma de Cooperativas.

Seguindo essa linha, Silva Neto et. al (2000, p. 45) apontam que:

O associativismo é uma potencial fonte de recursos de onde os cooperados buscam subsídios para a manutenção de seus padrões socioeconômicos, agregando valor aos seus produtos primários, potencializando os valores de mercado através da capacidade gerada pelas cooperativas em valorizar a cadeia de suprimentos.

Nesse contexto, o objeto de estudo deste artigo é investigar a temática cooperativismo e apresentar os números das cooperativas catarinenses, bem como trazer informações da cooperativa catarinense do ramo agropecuário mais antiga. Pois, as cooperativas agropecuárias contribuem expressivamente para a economia catarinense, e foram responsáveis em 2008, por 66% do faturamento total de todas as cooperativas do Estado.

Assim, para a sua concretização são abordados: (1) uma breve visão histórica do assunto cerne desse estudo e sua conceituação; (2) números das cooperativas catarinenses por ramo de atividade, em termos de quantidade de associados, faturamento e números de funcionários

diretos; (3) e a trajetória da cooperativa agropecuária mais antiga do Estado, das que estão em atividade.

2 O cooperativismo em Santa Catarina

Esse capítulo está dividido em três seções que: (1) apresenta, além de conceitos e definições, uma breve revisão histórica do cooperativismo; (2) traça o panorama do cooperativismo em Santa Catarina, apresentando seus números em termos de quantidade de cooperativas, de afiliados, faturamento, entre outros; (3) e por fim, resgata informações da cooperativa agropecuária mais antiga do Estado, das que estão em atividade.

2.1 O cooperativismo pelo mundo

A Política Nacional de Cooperativismo é regida pela Lei 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971. Ela traça o regime jurídico das sociedades cooperativistas. E também, em seu artigo 4º, defini que “As Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados.” (LEI 5.764/71, 2008, p.1).

Vitorino; Benato (1994, *apud* SILVA NETO *et. al.*, 2000, p.47) complementam essa idéia relatando que o cooperativismo é uma doutrina. Para esses autores, ele tem como base a cooperação. E através dessa operam como um sistema reformista da sociedade que quer obter resultados positivos, por meio de um trabalho coletivo que abrange o lado social; ou seja, uma cooperativa é uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, com o objetivo principal de desempenhar, em benefício de todos, determinada atividade.

Esses autores descrevem que as premissas do cooperativismo são: (1) identidade de propósitos e interesses; (2) ação conjunta, voluntária e objetiva para coordenação de contribuição e serviços; (3) obtenção de resultado útil e comum a todos.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

Silva Neto *et. al.* (2000, p. 48) acrescentam que “O cooperativismo apresenta-se como alternativa juridicamente segura e conduz a uma terceirização mais distributiva, redistribuindo a renda ao eliminar a intermediação, proporcionando a autonomia de trabalho”.

Enfim, a Ocesc (2009) orienta que “Cooperativa é uma sociedade de, no mínimo, 20 (vinte) pessoas físicas, com um interesse em comum, economicamente organizada de forma democrática, isto é, com a participação livre e igualitária dos cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.”

Seguindo essa linha, no Brasil, as cooperativas se organizaram em torno de diversas atividades diferentes. Pois, segundo Coopercampos (2008) “[...] As sociedades cooperativas poderão adotar, por objetivo qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, de acordo com a área econômica de interesse dos cooperados.”

Deste modo, as atividades de atuação das cooperativas brasileiras foram organizadas e catalogadas para facilitar suas identificações. Entre as atividades mais visualizadas encontram-se: (1) agropecuária, (2) consumo, (3) crédito, (4) educacional, (5) especial, (6) habitacional, (7) de infra-estrutura, (8) mineral, (9) de produção, (10) de Saúde, (11) de Trabalho, (12) de Turismo e Lazer (COOPERCAMPOS, 2008).

Apesar dessa classificação, o Art. 5º da LEI 5.764/71 (2008, p. 1) traz que “As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-lhes o direito exclusivo e exigindo-lhes a obrigação do uso da expressão "cooperativa" em sua denominação.”

Mesmo assim, para sua constituição as cooperativas contam com alguns princípios norteadores. Eles constam no Art. 4º da Lei 5.764/71 (2008) e, em resumo, são: (1) adesão voluntária e livre; (2) gestão democrática pelos membros; (3) participação econômica dos membros; (4) autonomia e independência; (5) educação, formação e informação; (6) intercooperação e (7) interesse pela comunidade.

No sentido da Gestão Democrática pelos membros, a autogestão é o forte dessa doutrina. Singer (2004, p. 77) aponta que

Talvez a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, [...] A empresa solidária pratica a autogestão.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

Está última (autogestão) concretiza-se por meio de Assembléias. Neste caso, os níveis mais altos são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é da assembléia dos sócios que decidem as diretrizes a serem adotadas por todos.

Já, Soares; Moreira Neto; Bernardo-Rocha (2005) descrevem que novos modelos de gestão cooperativa têm avançado expressivamente. E com isso, traçado uma nova direção que indica para a economia de mercado. E, conseqüentemente, tem mudado, substancialmente, a relação com os cooperados; cujo objetivo é a industrialização e a agregação de valor.

Para eles, as cooperativas, atualmente, têm sido influenciadas pelos processos inovativos de industrialização, sendo forçadas a buscar cada vez mais qualidade e produtividade sob pena de não sobreviverem frente à forte competitividade.

Mas, a Cooper A1 (2008) adverte que os cooperados possuem direitos. Entretanto, também devem cumprir seus deveres. Uma lista desses direitos e deveres é traçada, entre os direitos estão: (1) utilizar os serviços prestados pela cooperativa; (2) tomar parte nas assembléias gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados; (3) propor ao Conselho de Administração e às Assembléias Gerais as medidas que julgar convenientes aos interesses do quadro social; (4) efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas; (5) obter, durante os trinta dias que antecedem a realização da assembléia geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os Balanços e os Demonstrativos; (6) votar e ser votado para cargos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal; (7) no caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o estatuto.

E os deveres são: (1) integralizar as quotas-partes de capital; (2) operar com a cooperativa; (3) observar o estatuto da cooperativa; (4) cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa; (5) respeitar as decisões da Assembléia Geral e do Conselho Diretor; (6) cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício; (7) participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

Em suma, percebe-se que uma cooperativa é um movimento mundial que através da união de pessoas se constitui uma organização de natureza civil e jurídica próprias, cujos afiliados atuam em torno do bem comum, para tal têm um conjunto de direitos a usufruir e deveres a cumprir. Essa união se concretiza por meio de uma ou mais atividades desempenhadas pelos seus afiliados cuja gestão se dá através de um sistema de auto-gestão.

2.1.1 As raízes do cooperativismo

O Cooperativismo é uma forma antiga de atuação comercial. Os Babilônios do século IV a.C. já o praticavam na exploração de terras arrendadas. Essa prática era tão disseminada na época que até mesmo o filósofo grego Platão a defendeu no seu livro *A República*. Em Roma durante todo o século II a.C. proliferavam as escolas coletivas, nas quais eram formados carpinteiros, sapateiros, ferreiros, entre outros ofícios e o resultado do trabalho era dividido entre todos. Também foram encontrados registros de trabalho cooperado entre os Incas no Peru e na França, no século XII (COOPER A1, 2008).

Robert Owen é considerado o Pai do Cooperativismo Moderno. Ele nasceu no Condado de Montgomery na Inglaterra, em 14 de Maio de 1771. Deu início a sua brilhante carreira profissional ainda quando tinha apenas dez anos de idade. Interessou-se pela tecelagem e ainda jovem, tornou-se empresário deste ramo, chegou a administrar inúmeras indústrias (SINGER, 2004; COOPERCAMPOS, 2008).

Percebe-se, com base nesses autores, que ele se preocupava com os problemas sociais da sua época, principalmente, com o baixo nível de qualidade de vida dos trabalhadores Ingleses. Talvez, tenha sido por isso que ele implementou melhorias em suas fábricas. Entre elas estão: a redução de jornada de trabalho, a criação de regras para o serviço feminino e para o de menores; e a implantação de sistema de participação nos lucros para seus empregados.

Ele acabou mudando-se para os Estados Unidos da América por perceber que os outros empresários não se interessaram por suas reformas. Neste país, ele tentou fundar colônias baseadas na propriedade coletiva, no entanto, também não alcançou sucesso. Isso fez com que tivesse o desejo de voltar à Europa, onde investiu em inúmeras maneiras para organizar os trabalhadores, também sem êxito. A Coopercampos (2008) registra em seu *site* que mesmo sem grande sucesso, a sociedade mundial usufruiu muito de suas idéias na instituição de sindicatos e cooperativas, por exemplo.

Entre os nomes listados por Silva Neto et al. (2000), Singer (2004) e Coopercampos (2008) como precursores do cooperativismo estão: Robert Owen (1771), Inglaterra; François Marie Charles Fourier (1772-1837) - França; William King (1786-1865) - Inglaterra; Phippe Joseph Benjamin Buchez (1796-1865) - Bélgica; Sean Joseph Charfes Louiz Blanc (1822-1882) - França.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

Além disso, Silva Neto *et al.* (2000, p. 47) apontam que a primeira cooperativa de consumo teve como idealizador o Dr. William King, em 1817. E que desde então, outras experiências foram se sucedendo. Mas, o evento que impulsionou o reconhecimento do movimento cooperativo pelo mundo é datado de 21 de dezembro de 1844, no bairro Rochdale, em Manchester, Inglaterra, que “através da União de 28 tecelões (operários), é criado um pequeno armazém cooperativo de consumo: a ‘Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale’.”

Eles descrevem que as propostas dos tecelões ingleses em Rochdale evoluíram com outras idéias progressistas e humanistas, que culminaram com a aprovação no II Congresso das Cooperativas de Consumo, realizado em Lyon, na França, em 1886. Este resultou em DOZE VIRTUDES da doutrina cooperativista, que são: (1) Viver melhor; (2) pagar em dinheiro; (3) poupar sem sofrimento; (4) suprimir os parasitas; (5) combater o alcoolismo; (6) integração das mulheres; (7) educar economicamente o povo; (8) facilitar a todos o acesso à propriedade; (9) estabelecer o justo preço; (10) eliminar o lucro capitalista.

E em termos de Brasil, “O cooperativismo brasileiro nasceu de influências do cooperativismo europeu, entre os anos de 1892 a 1895. O país era completamente de economia rural, dependente primeiro de Portugal e, depois, da Inglaterra.” (COOPER A1, 2008).

Quatro são as principais causas do surgimento do cooperativismo no país. Para Cooper A1 (2008), elas são: (1) IMIGRANTES - como os imigrantes já tinham conhecimento do cooperativismo em seus países, ao chegarem aqui também criaram cooperativas; (2) ESTUDANTES - boa parte dos filhos de burgueses estudava na Europa, lá eles tinham contato com o cooperativismo e quando retornavam, colocavam em prática seus princípios; (3) ENCÍCLICA RERUM NOVARUM - o Papa Leão XIII escreveu a Encíclica *Rerum Novarum*, que ajudou a nascer e frutificar o cooperativismo no país; (4) REPÚBLICA - em 13 de maio de 1888, após a Proclamação da República, a Lei Áurea é assinada. Desta forma, os negros tinham a mão-de-obra, mas não detinham capital. E o contrário acontecia com os brancos que detinham apenas o capital. Fato que culminou com a busca de uma alternativa viável a todos. O governo da época apostou no cooperativismo como uma solução plausível.

Já, em Santa Catarina, o movimento Cooperativo teve sua representatividade oficializada em 1º de agosto de 1964, na cidade de Blumenau, quando foi instituída a Associação das Cooperativas de Santa Catarina - Ascoop. Nesta reunião foram traçados os passos iniciais para a uniformidade do cooperativismo no Estado. Sete anos depois, em 28 de

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

agosto de 1971 foi constituída a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - Ocesc, órgão que vigora até os dias atuais (COOPER A1, 2008). Apesar disso, a Ocesc (2009) registra em seu *site*, que o título de primeira cooperativa catarinense foi atribuído à *Societá Del Tabaco*, que foi organizada em 1889 por imigrantes italianos.

Em termos históricos, percebe-se que apesar da atualidade temática, o Cooperativismo tem suas origens reconhecidas desde o século IV a.C., discutido inclusive entre os filósofos da antiguidade grega. Diversos são os seus precursores, dentre eles, o inglês Robert Owen (1771) é considerado o Pai do Cooperativismo Moderno. No Brasil, as cooperativas nasceram sob influência dos movimentos cooperativos europeus entre 1892 a 1895. E quatro são as principais causas apontadas: (1) a vinda de imigrantes europeus; (2) filhos de brasileiros que foram estudar na Europa; (3) a Encíclica *Rerum Novarum*; e por fim; (3) a Proclamação da República no Brasil.

Já, em Santa Catarina, o cooperativismo teve início em 1889 e sua entidade de classe representativa foi criada, oficialmente, somente em 1º. de agosto de 1964, na cidade de Blumenau, quando foi instituída a Ascoop.

2.2 Os números do cooperativismo em Santa Catarina

A Ocesc(2009) divulga o total de 256 cooperativas no Estado de Santa Catarina. Estas estão distribuídas entre os ramos de atividade: agropecuária, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infra-estrutura, mineral, produção, saúde, trabalho e transporte, como pode ser mais bem visualizado no Gráfico 1.

Confrontando-se os dados do Gráfico 1, atualmente, as Cooperativas de Crédito (25%) são as mais numerosas, seguidas das Agropecuárias (20%).

Mas, todas as cooperativas catarinenses: (1) abarcam 776.749 cooperados, sendo que as de crédito comportam 45% desses; (2) elas têm 219.407 funcionários diretos, sendo que 57% deles estão alocados nas cooperativas agropecuárias, como se pode constatar no site da Ocesc (2009). (3) E ainda, que em termos de faturamento, elas atingiram em 2007 a marca de R\$ 9,1 bilhões. Cabe ressaltar que 64% desse faturamento foi atingido pelas cooperativas agropecuárias, seguidas pelas de saúde (17,3 %). Já as de crédito (6,1 %) e de transporte (6,1 %) ocuparam juntas o 3º lugar nesse *ranking*.

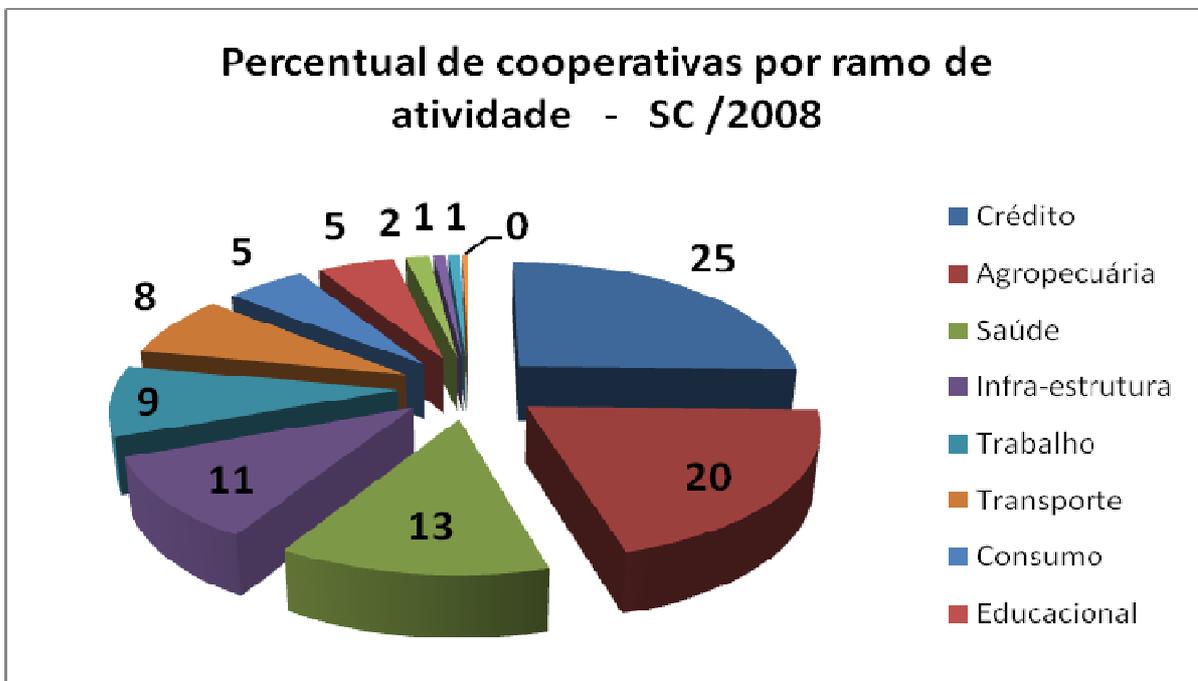


GRÁFICO 1 – Percentual de Cooperativas por Atividade – SC/2008

Fonte: Os autores (2009).

Enfim, as cooperativas do ramo agropecuário, apesar de ocuparem o segundo lugar em termos de representação numérica, 53 (20%) contra 65 (25%) das do ramo de crédito, obtém o maior faturamento entre todas as cooperativas do Estado.

2.3 A cooperativa agropecuária catarinense com mais tempo de atividade

Cooperativas agropecuárias são definidas por Cruz (2002, p.64) como as “compostas por produtores rurais, agropastoris ou de pesca, cujas atividades podem ainda incluir beneficiamento, armazenagem, transporte, fornecimento de insumos e implementos, distribuição e comercialização dos seus produtos.”

No Brasil existe pouco mais de 1.500 cooperativas do ramo agropecuário, com cerca de 880.000 cooperados. Em Santa Catarina, como já apresentado anteriormente, são 53 cooperativas que contam com 58.824 afiliados. Cabe registrar que do total das cooperativas

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

agropecuárias do Estado, 61,5% delas estão situadas no Meio-oeste e no Oeste catarinense, conforme dados da Ocesc (2009).

2.3.1 A Cooper A1

A Cooper A1 teve seu surgimento através da visão empreendedora do alemão Otto Erich Winkler, que introduziu na região de Palmitos o sistema de cooperativas que conhecia na Europa. E se chamava Sociedade Cooperativa Mista Palmitos Ltda. Somente depois de 3 anos, 18 agricultores resolveram investir “540 réis na fundação da Sociedade Cooperativa Mista Palmitos Ltda., que ocorreu em 1º de Outubro de 1933, sendo até hoje a cooperativa de produção mais antiga do Estado de Santa Catarina, de funcionamento ininterrupto.” (COOPER A1, 2008).

“A 08 de maio de 1935, menos de dois anos após sua constituição, a Cooperativa inaugurava seu primeiro armazém, com capacidade para armazenar 8.000 arrobas (120 toneladas) de fumo, cultura de maior importância na época.” (COOPER A1, 2008).

Em 22 de setembro de 1976, acontece a fusão da Sociedade Cooperativa Mista Palmitos Ltda. com a Cooperativa Agropecuária de Mondai Ltda, passando a se chamar Cooperativa Regional Arco Íris Ltda. No dia 1º de janeiro de 2000, ocorreu a fusão da Cooperativa Regional Arco Íris Ltda com a Cooperativa Santa Lucia de Descanso. E é desta fusão que surge a Cooperativa A1. Hoje, ela é a cooperativa agropecuária mais antiga do Estado em funcionamento ininterrupto. No dia 1º de novembro de 2003 A Cooperativa A1 incorpora a Cooperativa Agropecuária Itapiranga Ltda., e se tornou a 3ª maior cooperativa de Santa Catarina. Com isso, alcança posições relevantes nos *rankings* catarinenses, entre estas encontram-se a 1ª colocação em volume de leite; a 2ª em produção de laranja; a 2ª em suínos; 3ª em produção de grãos.

“A sede ficou em Palmitos e com área de ação nos municípios de São Carlos, Palmitos, Caibí, Riqueza, Mondai, Iporã do Oeste, Descanso, Belmonte, Santa Helena, Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis.” (COOPER A1, 2007). Atualmente, a Cooperativa A1 possui aproximadamente 4.065 cooperados.

Sua diretoria é composta por: Presidente – Élio Casarin; 1º Vice-presidente – Lauri Inácio Slomski; 2º Vice-presidente - Santo Tumelero; Secretário - Egon Grings. Em suma, ela

possui atividades econômicas nas áreas de cereais, *citrus*, avicultura, leite, postos de combustível, fabricação de ração e madeira.

3 Metodologia

A metodologia deste estudo tem caráter predominantemente qualitativo, baseou-se em pesquisa bibliográfica sobre os artigos publicados em anais nacionais da área de administração qualificados pela lista Qualis da Capes; em livros sobre a temática, Cooperativismo, e em *sites* das entidades de classe e das cooperativas catarinenses.

Além disso, utilizaram-se técnicas e métodos estatísticos quando foram apresentados os números das cooperativas catarinenses, por isso também se beneficiou dos recursos da pesquisa quantitativa.

A fim de tornar o trabalho exequível, o recorte quanto ao cooperativismo foi realizado no título dos trabalhos e nas palavras-chaves; sendo aceitos apenas os trabalhos que constassem com uma das palavras no título, subtítulo, ou nas palavras-chaves. Foram consideradas apenas duas variáveis para o levantamento dos mesmos. Elas são: cooperativismo e cooperativa.

Primeiramente, foram pesquisadas as publicações disponíveis nos *sites* dos periódicos e anais, a fim de identificar esses trabalhos. Posteriormente, as versões completas desses foram disponibilizadas através da Internet. A biblioteca que serviu de base para a coleta dos livros foi à biblioteca central da Univali, a qual se situa na cidade de Itajaí.

Cabe ressaltar que esse artigo faz parte de uma dinâmica da disciplina Modelos Organizacionais Contemporâneos do curso de Administração da Univali. Para a sua concretização, foi preciso (1) implementar atividades de pesquisa, leitura e seleção de textos que auxiliaram na (2) melhor delimitação do tema; (3) planejamento do trabalho escrito e da apresentação deste ao grande grupo; (4) desenvolvimento do artigo (trabalho escrito); (5) estruturação da apresentação; (6) e por fim, a entrega do artigo e a apresentação, propriamente dita.

4 Resultados, considerações finais e limitações

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia social e políticas públicas

Os resultados dessa pesquisa bibliográfica alcançaram os objetivos propostos para esse trabalho. Pois, os fichamentos resultantes dessa forneceram informações relevantes para a redação do artigo que propôs uma aproximação à temática, cooperativismo. Além disso, apresentou resultados das cooperativas catarinenses e informações da cooperativa catarinense do ramo agropecuário mais antiga, das que estão em atividade

Esse estudo evidencia que, apesar da atualidade temática, o Cooperativismo é uma forma de organização antiga praticada por diversos povos. E que em Santa Catarina, ele é um sistema recente, a primeira é datada do final do século XVIII, e as de atividade agropecuária são do século XIX.

As cooperativas agropecuárias, no Estado, foram reconhecidas como tal a partir apenas do início do século passado. Essas podem ter surgido como um reflexo dos imigrantes europeus que vieram para terras catarinenses. Além dos grupos serem formados por pessoas com experiência nos setores agrícola e pecuário, trouxeram também conhecimentos sobre o cooperativismo que, naquela época, já era um movimento expressivo na Europa.

Apesar de essa pesquisa ser significativa, uma de suas limitações é o fato de parte dos materiais pesquisados serem de *sites* das próprias cooperativas e entidades de classe que apresentam resultados parciais referentes ao ano de 2008. Outra é a questão temporal, pois todo o material utilizado é datado desse século. Desta forma fornecem um bom subsídio sobre a temática proposta, porém não se pode limitar-se a esses estudos.

5 Referências

COOPER A1 – **Cooperativa A1**. Disponível em: http://www.coopera1.com.br/coop_sc.htm. Acesso em: Mar/2008.

COOPERCAMPOS - **Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos Ltda**. Disponível em: www.copercampos.com.br. Acesso em: Mar/2008.

CRUZ, Paulo Sergio Alves da. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: COP, 2002.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC

Artigos Científicos

Área Temática: Economia social e políticas públicas

LEI 5.764/71. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.jucespbauru.com.br/cooperativa/cooperativa.htm>. Acesso em: Mar/2008.

OCESC – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br>. Acesso em: Mar/2009.

SILVA NETO, Pedro Quaresma Da; SCHMIDT, Adir Otto; ZWIEREWICZ, Márcia; OLIVEIRA, Kellen Cristiane De. **Cooperativismo Como Organismo Equalizador da Renda.** In: EGEPE - ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, **Anais...** 2.000, p. 46-56.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Michel André Felipe; MOREIRA NETO, Alfredo Lopes Da Costa; BERNARDO-ROCHA, Eliza Emília Rezende. **Criação de cooperativa no agronegócio: o caso da Cooperativa Paranaense dos Criadores de Avestruz.** IV EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2005, Curitiba. Anais.. Curitiba: Puc, 2005.